

## **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DE NORTE A SUL DO BRASIL: ilações entre expansão, qualidade e inovação**

### **DISTANCE EDUCATION FROM NORTH TO SOUTH OF BRAZIL: illation between expansion, quality and innovation**

Francielle Priscyla Pott,  
Giselle Cristina Martins Real,  
Marianne Pereira de Souza

**Resumo:** Objetiva-se socializar análises a respeito do movimento de expansão da educação a distância, a partir de ilações entre os conceitos de qualidade e inovação. Adota-se como ponto empírico da pesquisa a exploração longitudinal do Censo da Educação Superior, abarcando o período de 2000, quando inicia a coleta sobre a educação a distância, a 2019. Foi possível observar fortes assimetrias regionais, que revelam alterações nas políticas educacionais formuladas nos anos de 1990 que caracterizavam a educação a distância como o caminho mais profícuo para a democratização do acesso à educação superior. É notável, ao longo de todo o período de 2000 a 2019, altos percentuais de crescimento, evidenciados de forma contínua, em patamares superiores ao crescimento da educação presencial. No entanto, em análise comparativa em segmentos quinquenais, a partir de 2010, observam-se oscilações e queda no número de matrículas nas regiões Norte e Nordeste, justamente onde o acesso às redes de internet é restrito e o número de instituições físicas é menor. Por outro lado, a região Sul detém 47% do conjunto das matrículas totais. Essa assimetria pode ser explicada pela ênfase, mais recente, no uso das tecnologias digitais na configuração dos cursos de educação a distância, especialmente marcada pelo viés privado. Conclui-se que, apenas quando qualidade social e inovação integrarem a política nacional de educação a distância, haverá a sua retomada como o caminho mais profícuo para a democratização da educação superior.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Política Educacional. Qualidade Social. Inovação. Educação Superior.

**Abstract:** The objective is to socialize analyzes regarding the movement of expansion of distance education, based on inferences between the concepts of quality and innovation. The empirical point of the research is the longitudinal exploration of the Higher Education Census covering the period from 2000, when the collection on distance education begins, to 2019. Strong regional asymmetries were observed revealing changes in educational policies formulated in the 1990s which characterized distance education as the most fruitful way to democratize access to higher education. It is remarkable, throughout the period from 2000 to 2019, high percentages of growth, continuously evidenced, at higher levels than the growth of presential education. However, in a comparative analysis in five-year segments, from 2010 onwards, there are fluctuations and a drop in the number of enrollments in the North and Northeast regions, precisely where access to internet networks is restricted and the number of physical institutions is smaller. On the other hand, the South region holds 47% of the set of total enrollments. This asymmetry can be explained by the recent emphasis on the use of digital technologies in the configuration of distance education courses, especially marked by the private bias. It is concluded that, only when social quality and innovation are part of the national distance education policy will it be resumed as the most fruitful path for the democratization of higher education.

**Keywords:** Distance Education. Education Policy. Social Quality. Innovation. Higher Education.

## Introdução

A educação a distância (EaD) no Brasil assume contornos de crescimento constante, apesar de sua recente configuração como política pública de massa. O marco para a análise desse processo é a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, quando há a adesão do conjunto das universidades públicas para a oferta dessa modalidade de ensino.

Várias iniciativas anteriores são apontadas, inclusive com destaque para o processo de criação da UAB, a partir de medidas capitaneadas por instituições da região Centro-Oeste que, embora presentes desde 1970, é por volta dos anos de 1990 que se toma a EaD “como o caminho mais profícuo para a democratização do ensino superior no Brasil” (SANTOS, 2008, p. 64).

São exemplos dessas iniciativas: o Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância (Brasilead), em 1993; o Consórcio Virtual do Centro-Oeste (Univir-CO), em 1998, que, por sua vez, viabiliza a constituição de iniciativa nacional, por meio do Consórcio Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede), em 1999. Ainda, como destaque, cumpre informar que em 1995 a Universidade Federal do Mato Grosso já ofertava cursos na modalidade EaD e em 1998 foram credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC) as duas primeiras universidades a ofertar cursos na modalidade de EaD, a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Ceará (SANTOS, 2008).

Apesar da EaD ter sido impulsionada pelo setor público, pode-se observar que atualmente a sua expansão é caracterizada pela preponderância de oferta privada, inclusive nos estados e região em que houve pioneirismo na oferta da modalidade (SANTOS, 2008; ALONSO, 2010; REAL; MACIEL; RIBAS, 2018; REAL; POTT, 2021).

Mesmo que a literatura científica já tenha desvelado a característica massificada da expansão da EaD, há ainda vários questionamentos a serem levantados para melhor compreensão de seu papel, para além da relação público-privada. Nesse sentido, a Pesquisa Políticas de Expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil: Regulação, Qualidade e Inovação em Questão<sup>1</sup> destaca como problemática, entre outras, a relação da expansão da EaD com os processos de qualificação e de inovação. Como um dos resultados dessa pesquisa, os

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa é coordenada pela professora Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima, da Universidade Federal de Goiás, e conta com financiamento da Chamada Universal n. 28/2018 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

estudos de Real e Pott (2021), indicam assimetrias regionais no processo dessa expansão, inclusive com forte declínio nas regiões norte e nordeste.

Diante dessa perspectiva, este artigo toma como ponto empírico para a presente análise os dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) cotejados com análises extraídas de revisão bibliográfica realizada a partir dos termos qualidade e inovação para a área da educação a distância<sup>2</sup>. Também, considera-se, de forma subsidiária, os resultados do CensoEAD.BR, produzido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) que, apesar do limite de respondentes<sup>3</sup> é o único levantamento sistematizado disponível que busca retratar a oferta de educação a distância no Brasil.

O Censo da Educação Superior traz dados significativos para reflexões acerca do movimento e das características da educação a distância, com evidências para compreensão da sua expansão quantitativa e qualitativa, quando se consideram dados como: o movimento de expansão da EaD em termos de número de matrículas e de concluintes, as referências sobre a diversidade da oferta de cursos à distância, número de polos de apoio presencial existentes, os modelos e tecnologias usadas para a oferta dos cursos. E, a partir de 2000, a educação a distância é incluída no Censo da Educação Superior o que permite uma análise longitudinal de seus dados.

Essas informações analisadas sob à ótica qualitativa permitem ponderar, de forma dialética, sobre os possíveis efeitos da qualidade e da inovação no delineamento do movimento de expansão da educação superior e, por sua vez, os possíveis efeitos do movimento de expansão da educação superior na qualidade e na inovação da educação a distância.

Tem-se como pressuposto que desvelar esses conceitos de qualidade e de inovação no contexto da expansão da educação a distância trará contribuições para as políticas voltadas para essa área que têm se deparado com a problemática de garantir educação de qualidade para todos, inclusive como um princípio constitucional.

Para fins de organização didática da apresentação dos resultados, estrutura-se o presente artigo em três seções, além das considerações finais. Na primeira seção, apresenta-se

---

<sup>2</sup> A revisão bibliográfica foi realizada no período de março a abril de 2019, junto às bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

<sup>3</sup> Segundo informações da Abed (2021) há em torno de 350 instituições respondentes, tanto públicas quanto privadas.

os aspectos conceituais de qualidade e de inovação na EaD, em que se destaca os aspectos socialmente referenciados, considerando que há movimentos contraditórios no processo de construção desses conceitos. A segunda seção apresenta os dados sobre a expansão da educação superior a distância, explicitados a partir do Censo da Educação Superior a Distância que revelam indicações sobre a qualidade social. Na terceira seção indica-se dados dos Censos que explicitam o processo de inovação na EaD. As considerações finais revelam as ilações entre expansão, qualidade e inovação da EaD, na sua configuração como potencial caminho para a democratização do acesso à educação superior.

### **1 Expansão, qualidade e inovação no contexto da EaD: aspectos conceituais**

A qualidade da EaD passou a ser focalizada pela literatura<sup>4</sup> da área especialmente a partir dos anos 2000, com o aumento expressivo de oferta de cursos à distância, especialmente nas instituições privadas.

De um modo geral, os trabalhos sobre a EaD associam o termo qualidade a expressões como eficácia, eficiência, garantia de excelência, assegurar o controle dos padrões de qualidade. Além disso, a qualidade dos cursos constantemente é vinculada aos indicadores de entrada, como nos trabalhos sobre o sistema educacional brasileiro de autores como Caram (2017), Maia (2011) e Soffa (2010), que estão respaldados nos Referenciais de Qualidade do Ministério da Educação (MEC). Dentre os indicadores de qualidade mencionados estão a concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; infraestrutura de apoio; gestão acadêmico-administrativa; sustentabilidade financeira.

Dessa forma, verifica-se que a literatura que aborda a EaD enfatiza a dimensão técnica e formal da concepção de qualidade (DEMO, 1994), uma vez que explicita os requisitos que devem ser atendidos para a oferta de cursos e que permeiam documentos como os Referenciais de Qualidade do MEC. Todavia, ainda que os aspectos mencionados sejam

---

<sup>4</sup> O levantamento realizado nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e Scientific Electronic Library Online (Scielo), nos meses de março e abril de 2019, localizou 35 pesquisas que tratam sobre a qualidade da EaD.

importantes, a qualidade é um conceito complexo que também envolve a dimensão política e social (DEMO, 1994), dependendo do contexto no qual está inserida.

Assim, o debate sobre a qualidade “[...] remete à apreensão de um conjunto de determinantes que interferem, nesse processo, no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais” (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 202). E, dentre esses determinantes, destaca-se a dimensão socioeconômica e cultural (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

Beisiegel (2005) ressalta que, no Brasil, houve uma consolidação de convicções sobre a existência de uma oposição entre a expansão da escolaridade e a qualidade do ensino, tanto na educação básica, como na educação superior.

E, no que diz respeito à EaD, constata-se que essa oposição é um dos fatores que permeia os questionamentos quanto à qualidade dos cursos ofertados, ainda que contribuam para a expansão da educação superior nas diversas regiões do país (REAL; POTT, 2021).

Todavia, Beisiegel (2005, p. 112) afirma que, com a democratização do ensino, definida como “[...] a extensão de um maior número de anos de escolaridade a um maior número de cidadãos”, as novas funções sociais da educação também implicam um conceito diverso de qualidade. Consequentemente, as avaliações da educação superior “[...] não podem ignorar as transformações qualitativas introduzidas no ensino a partir da expansão” (BEISIEGEL, 2005, p.112).

Ou seja, a educação para todos requer uma concepção de qualidade social, que “[...] implica garantir a promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas de inclusão e resgate social” (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 211). E, portanto, os indicadores utilizados nos processos avaliativos devem considerar os aspectos que envolvem a qualidade social.

É a partir dessa perspectiva que a relação entre a expansão e a qualidade da EaD é abordada neste trabalho, uma vez que a educação superior é ofertada no contexto das políticas públicas voltadas para a democratização do acesso, como as definidas no Plano Nacional de Educação (2014-2024), mais especificamente na meta 12.

Importa lembrar que mesmo com a ausência, no PNE, de metas específicas para a educação a distância, houve nos últimos anos a expansão da EaD nas instituições privadas e públicas, embora em ritmo mais lento (SOUZA; SOUZA; SOUZA, 2021; REAL; MACIEL; RIBAS, 2018; SANTOS, 2008).

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da/na educação: concepções, possibilidades e desafio

ISSN 1984-6576.

E-202116

Nesse sentido, Real e Pott (2021, p. 161) afirmam que, no Brasil, “[...] o aumento ocorre em todos os pontos do fluxo de expansão analisados, como: oferta de vagas, taxas de matrículas e percentuais de conclusão, que apontam para aumento da permanência nos cursos [...]”. Contudo, as autoras indicam que, além das assimetrias na relação público-privada, o movimento de expansão no país apresenta assimetrias regionais, que também precisam ser consideradas.

É também na perspectiva da democratização do acesso à educação superior que o debate sobre inovação deve ser realizado. O texto da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) define a inovação educativa como

[...] en acto deliberado y planificado de solución de problemas, que apunta a lograr mayor calidad en los aprendizajes de los estudiantes, superando el paradigma tradicional. Implica transcender el conocimiento academicista y pasar del aprendizaje pasivo del estudiante a una concepción donde el aprendizaje es interacción y se construye entre todos. (UNESCO, 2016, p. 03).

Assim, a inovação não pode ficar restrita ao uso e avanço das tecnologias, mas deve estar associada à interação entre os sujeitos que compõem o processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, Gomes (2008, p. 185) expõe que a inovação tecnológica deve ser centrada “[...] nas potencialidades que as mesmas apresentam em termos da mediatização dos conteúdos de ensino e aprendizagem e em termos das interações entre os vários intervenientes no processo educacional”.

Petter e Sambrano (2018) acrescentam que o uso das tecnologias da informação e comunicação ou de qualquer outro aparato tecnológico não garante a inovação educacional pedagógica. Para as autoras,

[...] a inovação de fato ocorre dependendo da forma como a tecnologia é utilizada para superar a reprodução dos conhecimentos, a fim de que se possa construir um saber significativo e contextualizado para o desenvolvimento do ser humano na sociedade contemporânea, que se caracteriza por ser permeada por tecnologias em todos os níveis. (PETTER; SAMBRANO, 2018, p. 328).

Portanto, a concepção de inovação tecnológica na EaD também depende do contexto de oferta dos cursos que, no caso brasileiro, envolve alunos de regiões diversas, com características socioeconômicas e culturais também diversas.

## 2 Contribuições da EaD para a democratização da educação superior: assimetrias regionais

A investigação sobre a qualidade da EaD, na perspectiva da democratização do ensino, requer a análise de aspectos que revelem a qualidade social no movimento de expansão da educação superior. Para tanto, neste trabalho, toma-se como referência os seguintes dados quantitativos do Censo da Educação Superior: taxas de matrículas e de concluintes.

A análise compreende os dados divulgados desde o ano 2000, quando a EaD passou a constar no Censo da Educação Superior, até o ano de 2019, último Censo disponibilizado pelo Inep.

A tabela 1 explicita o número de matrículas nos cursos de graduação a distância, por região brasileira, entre os anos 2000 e 2019.

**Tabela 1. Número de matrículas nos cursos de graduação a distância, considerando o Brasil e suas regiões, no período de 2000/2019.**

Regiões	2000	2005	2010	2015	2019
<b>BRASIL</b>	1.682	114.642	930.179	1.393.752	2.450.264
<b>NORTE</b>	0	16.406	61.097	14.839	15.289
<b>NORDESTE</b>	599	12.993	83.987	81.653	128.590
<b>SUDESTE</b>	0	21.742	297.273	466.229	949.268
<b>SUL</b>	270	57.989	397.891	675.027	1.149.012
<b>CENTRO-OESTE</b>	813	5.512	89.931	156.004	208.105

Fonte: Construção própria a partir de dados do Inep (2001, 2006, 2011, 2016 e 2020).

A partir da Tabela 1 é possível observar que, no período em tela, houve um expressivo aumento de matrículas na EaD em todas as regiões do Brasil. Entretanto, os dados apontam características importantes que devem ser exploradas, uma vez que, de acordo com Real e Pott (2021, p. 153), “[...] quando se trata de educação a distância não se pode tomar como referência a média brasileira, mas há que se observar os dados específicos e individualizados”.

No ano 2000, o Brasil apresentava somente 1.682 matrículas na EaD, sendo que nenhum desses registros constava nas regiões Norte e Sudeste. Contudo, percebe-se que, entre os anos 2000 e 2005, houve a matrícula de alunos em cursos à distância em todas as regiões do país, que apresentou uma taxa de crescimento nacional de 6.715,81%, totalizando, 114.642 matrículas em 2005.

Nesse cenário, cabe ressaltar os dados da região Sul que obteve um crescimento de

aproximadamente 21.377,41%. Ademais, no ano de 2005, cerca de 50% das matrículas do país estavam concentradas na região.

Entre 2005 e 2010, pode-se notar que, embora em ritmo mais lento, a EaD cresceu aproximadamente 711,38%, no Brasil, totalizando, em 2010, 930.179 matrículas. Constatase, ainda, que o quantitativo de matrículas subiu em todas as regiões brasileiras.

Não obstante, o destaque é para a região Centro-Oeste que apresentou uma ampliação de 1.531,55%, ou seja, o dobro da taxa nacional. Além disso, a taxa de crescimento do Centro-Oeste é quase seis vezes maior do que a alcançada pela região Norte, que cresceu 272,41%, sinalizando assimetrias no processo de expansão.

Desse modo, em que pese as incongruências apontadas, até 2010, as matrículas na EaD elevaram em todas as regiões. Todavia, entre 2010 e 2015, o ritmo de crescimento diminuiu significativamente, uma vez que, no Brasil, houve um crescimento de 49,84%, o que pode ser resultado de um cenário muito desigual nos contextos regionais.

Nesse período, as matrículas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste aumentaram 56,84%, 69,65% e 73,47%, respectivamente. Enquanto isso, na região Nordeste, houve uma queda de 2,78% e, na região Norte, o percentual negativo foi de 75,71%, o que confirma a discrepância no movimento de expansão da EaD.

Observa-se que as desigualdades regionais persistiram entre os anos 2015 e 2019, ainda que todas as regiões apresentem percentuais positivos de crescimento. As matrículas da região Norte aumentaram 3,03%, da região Centro-Oeste 33,40%, da região Nordeste 57,48%, da Região Sul 70,22% e da região Sudeste 103,61%. Conseqüentemente, em 2019, enquanto a região Norte registrou 15.289 matrículas, a região Sul apresentou 1.149.012, ou seja, 47% do total de matrículas do Brasil.

Assim, os dados apontados entre os anos 2000 e 2019 confirmam que o movimento crescente de expansão da EaD é caracterizado por assimetrias regionais significativas, especialmente quando se compara as regiões Norte e Sul do país. Entretanto, esses dados também demonstram que a modalidade foi responsável pelo incremento de matrículas na educação superior brasileira, especialmente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, constituindo-se como caminho para a democratização da educação superior.

A título de ilustração do cenário da educação superior no país, cabe apresentar também os dados de matrículas nos cursos de graduação presenciais, considerando o mesmo período e as diferentes regiões, os quais permitem algumas inferências comparativas.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da/na educação: concepções, possibilidades e desafio



Por meio dos dados da Tabela 2 é possível perceber que as matrículas dos cursos de graduação presenciais cresceram em todas as regiões brasileiras entre os anos 2000 e 2015, mas com diferenças significativas em relação às matrículas da EaD assinaladas no mesmo período. Entre 2005 e 2010, por exemplo, enquanto as matrículas em cursos presenciais aumentaram 22,37% no país, na EaD esse percentual representou 711, 38%.

**Tabela 2. Número de matrículas nos cursos de graduação presenciais, considerando o Brasil e suas regiões, no período de 2000/2019.**

Regiões	2000	2005	2010	2015	2019
<b>BRASIL</b>	2.694.245	4.453.156	5.449.120	6.633.545	6.153.560
<b>NORTE</b>	115.058	261.147	352.358	473.848	452.974
<b>NORDESTE</b>	413.709	738.262	1.052.161	1.433.406	1.415.243
<b>SUDESTE</b>	1.398.039	2.209.633	2.656.231	3.087.825	2.798.006
<b>SUL</b>	542.435	845.341	893.130	1.021.149	917.192
<b>CENTRO-OESTE</b>	225.004	398.773	495.240	617.317	570.145

Fonte: Construção própria a partir de dados do Inep (2001, 2006, 2011, 2016 e 2020).

Entre os anos 2015 e 2019, houve uma redução de matrículas em cursos presenciais em todo o país e, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, com percentuais negativos de 10,18% e 9,39%, respectivamente.

Por outro lado, no período mais recente, ao contrário da educação presencial, a EaD do país continuou a expandir. Nesse sentido, ressalta-se que, em 2019, a quantidade de matrículas da região Sul em cursos à distância (1.149.012) foi maior do que em cursos presenciais (917.192), o que demonstra a importância da modalidade na educação superior brasileira.

Diante do exposto, pode-se confirmar a complexidade do movimento de expansão da educação superior brasileira, que fica ainda mais evidente quando se analisa as assimetrias regionais.

No que diz respeito aos números de concluintes, os cursos à distância também apresentaram um crescimento significativo entre os anos 2000 e 2019, conforme explicitado na Tabela 3.

**Tabela 3. Número de concluintes nos cursos de graduação a distância, considerando o Brasil e suas regiões, no período de 2000/2019.**

Regiões	2000	2005	2010	2015	2019
<b>BRASIL</b>	460	12.626	144.553	233.704	316.039
<b>NORTE</b>	-	0	4.857	1.519	479
<b>NORDESTE</b>	460	424	6.321	10.180	9.373

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da/na educação: concepções, possibilidades e desafio

ISSN 1984-6576.

E-202116

<b>SUDESTE</b>	-	9.790	34.330	60.954	123.147
<b>SUL</b>	-	1.907	87.023	118.357	158.707
<b>CENTRO-OESTE</b>	-	505	12.022	42.694	24.333

Fonte: Construção própria a partir de dados do Inep (2001, 2006, 2011, 2016 e 2020).

Observa-se que, no Brasil, os concluintes de cursos à distância aumentaram de 460, no ano 2000, para 316.039, em 2019. E, na mesma direção das matrículas, o crescimento da quantidade de concluintes foi mais intenso no período de 2000 a 2005, com um percentual positivo de 2.644,78%.

Entre 2005 e 2010, registrou-se um crescimento de 1.044,88% no número de concluintes da EaD no país. Nos anos posteriores, embora tenha aumentado o número de concluintes, verificou-se uma redução expressiva no percentual de crescimento, sendo 61,67% entre 2010 e 2015 e 35,23% entre 2015 e 2019.

Verifica-se, também, que os dados regionais sobre os concluintes da EaD são ainda mais assimétricos e complexos quando comparados com as matrículas. No ano de 2005, enquanto a região Sudeste concentrou cerca de 77% dos concluintes brasileiros, a região Norte não registrou nenhum concluinte de cursos à distância. Por sua vez, a região Nordeste apresentou um percentual negativo de 7,83% em relação ao ano 2000.

Os dados da Tabela 3 apontam, ainda, que, no período de 2005 a 2010, a quantidade de concluintes expandiu em todas as regiões brasileiras, sendo que o destaque foi a região Sul, com uma taxa alta de crescimento de 4.463,35%. Cabe realçar, também, a região Centro-Oeste, com um percentual positivo de 2.280,59%.

Entre 2010 e 2015, embora as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram um aumento percentual no número de concluintes de 61,05%, 77,55%, 36,01% e 255,13%, respectivamente, expressam percentuais muito inferiores aos registrados nos quinquênios anteriores. Ademais, a região Norte voltou a apresentar um percentual negativo de 68,73%.

No período mais recente, além da região Norte, as regiões Nordeste e Centro-Oeste também registraram taxas de conclusão menores entre 2015 e 2019, com percentuais negativos de 68,47%, 7,93% e 43,01%, respectivamente. De outro modo, os concluintes da região Sudeste aumentaram em 102,03% e os concluintes da região Sul em 34,09%.

Assim, constata-se que, embora a EaD desempenhe um papel importante no processo de democratização do acesso à educação superior, os dados do Censo mostram a significativa

diferença entre o número de matrículas e o número de concluintes dos cursos a distância, mesmo na região Sul, onde a modalidade é predominante em relação aos cursos presenciais. Com base no exposto, pode-se inferir que o desafio das políticas educacionais voltadas para a expansão da educação superior, com qualidade social, é a conclusão dos cursos de graduação com sucesso.

### **3 Expansão e inovação: contribuições para a democratização da Educação a Distância**

Inovação no contexto da EaD é um conceito em construção, aqui entendido como as possibilidades de potencializar as interações entre os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem e de mediação com o conhecimento, o que leva à ampliação da visão que condiciona a educação à distância ao uso e desenvolvimento de tecnologias (GOMES, 2008; PETTER; SAMBRANO, 2018).

A inovação também é destacada a partir da complexidade de sua implementação na educação superior, especialmente porque o setor privado é indicado como detentor de maior potencial para desenvolvê-la, considerando as possibilidades de investimento em tecnologia, marketing e gestão inovadora, cabendo aos órgãos governamentais subsidiar com recursos e infraestrutura a oferta de educação a distância (ARAÚJO *et al*, 2013).

Echalar, Lima e Ferreira (2020) esclarecem que essa lógica, que associa inovação como corolário de desenvolvimento tecnológico na educação a distância, tende a privilegiar o setor privado. Esses autores, ainda, revelam que o discurso legal, inclusive presente nas estratégias que tratam da meta 12 do Plano Nacional de Educação vigente, que se refere à expansão da educação superior, se coaduna com essas concepções de inovação.

Portanto, a política educacional revela contradições conceituais acerca da inovação que podem limitar a caracterização da educação a distância como o caminho mais profícuo para democratização da educação superior, caso permaneça a indução pelo setor privado. Ainda, cumpre-se alertar que a predominância de instituições privadas na oferta de educação superior a distância impacta, por sua vez, nas assimetrias regionais.

Nesse sentido, o presente artigo busca aprofundar reflexões acerca da relação entre a expansão da educação a distância e a inovação no contexto brasileiro como possibilidade de se configurar como caminho para a democratização do acesso à educação superior. Para tanto,

utiliza os dados obtidos no Censo da Educação Superior (INEP, 2021) e no Censo EaD.BR (ABED, 2021).

Observa-se que o Censo EAD.BR, iniciado a partir de 2005, explicita que, no início do levantamento desses dados, a oferta de cursos de educação superior a distância no Brasil tinha como seu principal recurso o material impresso (que não são livros) e, especificamente, tratava-se de apostilas e capítulos de livros. Em 2019, a ênfase dos recursos passou para os textos digitais (que não são livros). Também, observa-se que nos últimos anos os recursos estão mais diversificados, ou seja, há a expansão de tecnologias à disposição da educação a distância, que passa a usá-las de forma mais frequente.

Segundo os dados constantes na Tabela 4, o percentual de uso do material impresso caiu de 90% em 2005 para 27% em 2019. Enquanto os textos digitais ampliaram de 57,5% para 82%, sendo o recurso com maior incidência nos cursos à distância, seguido pelas videoaulas ou teleaulas e os livros eletrônicos (e-books).

**Tabela 4. Percentuais de utilização de recursos tecnológicos educacionais em cursos à distância no Brasil, considerados os anos de 2019, 2015, 2010 e 2005.**

Recursos	2019	2015	2010	2005
Videoaulas ou teleaulas	75	14	24,8	57,5
Textos Digitais que não sejam livros	82	80	30,3	57,5
Livros eletrônicos (e-books)	75	57,33	6,6	-
Vídeos deferentes que não sejam tele/vídeos aulas	68	72,67	19,2	-
Objetos digitais de aprendizagem	66	52,67	4,5	-
Áudios ( <i>podcasts</i> , músicas)	-	40	17,7	5
Simulações online	34	28	5,6	-
Livros impressos	23	50	-	-
Jogos eletrônicos	21	18	4,54	-
Impressos que não sejam livros (apostilas, capítulos de livros)	27	36	70,2	90
Recursos adaptativos ou recursos educacionais abertos	30	16,67	21,7	-

Fonte: Construção própria a partir de Censo EaD.BR (ABED, 2021).

Esses dados evidenciam uma inversão no *modus operandi* da oferta de educação a distância. A ênfase da oferta se desloca do uso de material impresso para os textos digitais. Isso significa que à medida que a educação a distância se expande cresce com ela o uso das tecnologias e vice e versa, portanto, esse modelo de design instrucional adotado pelos cursos à distância pressupõe a presença da internet, com a sua variedade de tecnologias de rede eletrônica, sem fio e ópticas, em toda a extensão do território brasileiro.

Apesar dos dados divulgados pela última Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD), que informam a presença da internet em 82,7% dos domicílios (IBGE, REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da/na educação: concepções, possibilidades e desafio

2021b), o Ministério das Comunicações do Brasil ainda prevê programas como o Norte Conectado e Nordeste Conectado<sup>5</sup>, evidenciando as assimetrias de acesso às tecnologias nas regiões brasileiras, particularmente, Norte e Nordeste.

Portanto, essa característica do desenho instrucional dos cursos, que opta pelos textos digitais, aponta para a elitização do processo, tanto dos municípios que teriam como condicionantes a viabilização da infraestrutura de acesso às redes sem fio e ópticas, quanto para o aluno, que precisa de recursos para comprar a tecnologia disponível.

Essa informação reforça a assimetria já existente na oferta de educação superior, decorrente da presença limitada de instituições de educação superior nessas regiões, conforme apresentam os dados constantes na Tabela 5.

**Tabela 5. Relação entre o número de instituições de Educação superior presencial e a distância por habitantes de 18 a 24 anos, por região, em 2019.**

Regiões	Relação instituições/100mil habitantes
BRASIL	11,56
NORTE	8,26
NORDESTE	9,33
SUDESTE	12,54
SUL	13,57
CENTRO-OESTE	15,31

Fonte: Construção própria a partir de dados do IBGE (2021a) e Inep (2020).

Pelas informações constantes na Tabela 5 evidencia-se que a maior presença física de instituições de educação superior concentra-se nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, sendo que as regiões Norte e Nordeste apresentam os menores patamares, o que pressupõe que seriam nesses espaços que a educação a distância poderia contribuir de forma mais significativa. No entanto, observa-se que a educação a distância apresenta oscilações e queda de oferta justamente nesses espaços, com expressiva diminuição do número de matrículas nestas regiões, além da limitada presença física de instituições de educação superior.

Nota-se, a partir desses dados que, *a priori*, essa relação entre inovação-tecnologia na educação a distância se constitui como fator explicativo do descompasso da oferta de cursos à distância nas regiões Norte e Nordeste, inclusive, potencializando as assimetrias em relação às regiões Sul e Sudeste.

Portanto, a oferta de educação a distância incita maior aprofundamento das discussões conceituais acerca de inovação e tecnologia, quando se busca atender a 33% da

<sup>5</sup> Nesse sentido ver: Norte Conectado (BRASIL, 2021a) e Nordeste Conectado (BRASIL, 2021b).

população de 18 a 24 anos, com 40% das novas matrículas no setor público (BRASIL, 2014), perpassando por definições que tratam da inovação de forma ampliada à ideia de corolário das tecnologias, sob pena de reforçar as assimetrias existentes.

Nesse sentido, cabe problematizar o papel dos órgãos gestores na focalização de financiamento de recursos públicos para a infraestrutura e apoio tecnológico como medida de expansão da educação a distância, uma vez que essa opção política contribui com a ampliação da oferta privada. Essa caracterização da oferta privada condicionada ao uso de materiais digitais não evidencia resultados positivos que levassem a formas de ensino-aprendizagens inovadoras na educação a distância. Portanto, desnaturalizar a lógica da associação linear entre inovação e tecnologia no âmbito da EaD se faz como uma medida política necessária, entre outras medidas.

Além da própria compreensão dos conceitos de inovação e tecnologia nos documentos que materializam a política de educação a distância, as informações aqui apresentadas trazem alguns indicativos que possibilitam problematizar o processo de expansão da EaD, de forma a contribuir com o aprofundamento da compreensão das assimetrias regionais, sobretudo, quando estão inseridas em um contexto de oferta acentuada do setor privado.

Dentre esses questionamentos está a ramificação dos polos, uma vez que poderia se constituir como ponto de confluência de ação inovadora, no sentido de viabilizar conhecimento para aqueles sem acesso à tecnologia como a internet e o computador para as webaulas, os e-books e os textos digitais. Ainda, os polos de apoio presencial poderiam minorar a carência de instituições físicas nessas regiões. Os dados da Tabela 6 tratam desse processo.

**Tabela 6. Relação entre o número de polos de cursos de Graduação a distância por habitantes de 18 a 24 anos, por região, em 2019.**

Regiões	Número de polos de Graduação a distância	População de 18 a 24 anos	Relação entre o número de polos/por 100mil hab
BRASIL	16.135	22.554.000	71,53941651
NORTE	1.267	2.313.000	54,77734544
NORDESTE	3.390	6.355.000	53,34382376
SUDESTE	6.690	8.994.000	74,38292195
SUL	3.235	3.043.000	106,3095629
CENTRO-OESTE	1.515	1.848.000	81,98051948

Fonte: Construção própria a partir de dados do IBGE (2021a) e Inep (2020).

Esse dado, sintetizado na Tabela 6, que apresenta o número de polos de EaD no Brasil, mais uma vez explicita as assimetrias regionais, apontando defasagem, especialmente quando se toma como parâmetro a proporcionalidade do número de polos pela densidade populacional da região. Fica evidente a supremacia da região Sul sobre os percentuais de atendimento junto às regiões Norte e Nordeste, que registra quase o dobro da oferta de polos.

Pelas informações constantes na Tabela 6, que traz evidências sobre a proporcionalidade do número de polos em relação à densidade demográfica de cada região, há 3 pontos que se destacam: i) a supremacia da região Sul na oferta de polos; ii) a menor presença de polos na região Nordeste; iii) a distribuição irregular dos polos, em relação à densidade populacional. Essas características apontam que a educação a distância ofertada pelo viés privado não ocorre de forma planejada, privilegiando espaços já atendidos e relegando outros espaços que apresentam carência de oferta.

Outro ponto relevante para a compreensão do papel da inovação na expansão da educação a distância encontra-se na diversidade das áreas dos cursos que têm oferta em EaD. A esse respeito, o Quadro 1 traz as informações disponíveis no Censo da Educação Superior.

**Quadro 1. Quantidade de tipos de cursos de Graduação a Distância, segundo as áreas gerais, no Brasil - 2000, 2010, 2019**

Área geral do curso	2000	2010	2019
Educação	7	24	37
Humanidades e Artes	-	5	19
Ciências Sociais, Negócios e Direito	-	24	-
Ciências Sociais, jornalismo e informação	-	-	10
Negócios, Administração e Direito	-	-	28
Ciências, Matemática e Computação	-	7	-
Ciências naturais, Matemática e Estatística	-	-	7
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	-	-	12
Engenharia, Produção e Construção	-	9	24
Agricultura e Veterinária	-	3	-
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	-	-	5
Saúde e Bem-Estar Social	-	4	15
Serviços	-	8	16

Fonte: Construção própria a partir dos dados do Inep (2001, 2011 e 2020).

As áreas que possuem a maior oferta de cursos à distância são educação e negócios, mais especificamente administração e direito. Portanto, são áreas consideradas mais “teóricas” e, inclusive, foram as primeiras áreas a terem cursos ofertados. Nesse sentido, observa-se que os cursos de licenciatura estão inseridos no contexto da educação à distância desde as iniciativas pioneiras (SANTOS, 2008).

Apesar do crescimento nas diversas áreas do conhecimento, observa-se a inserção limitada da EaD em áreas consideradas “práticas”, como agricultura e veterinária em que há oferta de apenas 5 (cinco) tipos de cursos e áreas como ciências, matemática e computação com 7 (sete) tipos de cursos à distância.

Observa-se, por essas informações, que ainda há resistência nas áreas mais tradicionais e tecnológicas em se implementar a diversidade dos cursos que são ofertados de forma presencial. Esta possibilidade de ampliação da diversidade de cursos e áreas constitui-se como ponto importante, no aprofundamento da discussão da inovação da educação à distância. De forma a contribuir com o alargamento da capilaridade da oferta diversificada de cursos, especialmente para municípios localizados fora das capitais e para as regiões em que a incidência da presença física de instituições de educação superior é menor.

Portanto, há que se aprofundar o debate acerca da inovação, para que a educação a distância se concretize como o caminho mais profícuo para a democratização da educação superior.

### **Considerações finais**

Ao tomar o Censo da Educação Superior como fonte de informação para a compreensão dos efeitos do movimento de expansão da educação superior à distância, a partir de ilações acerca dos conceitos de qualidade e inovação, foi possível observar fortes indicadores de assimetrias regionais.

Tais assimetrias revelam alterações nas políticas educacionais formuladas nos anos de 1990 que caracterizavam a educação a distância como o caminho mais profícuo para a democratização do acesso à educação superior.

A educação a distância apresenta, ao longo de todo o período de 2000 a 2019, altos percentuais de crescimento, evidenciados de forma contínua, ainda, em patamares superiores ao crescimento da educação presencial, notabilizando o seu potencial em contribuir com a democratização da educação superior.

No entanto, em análise comparativa em segmentos quinquenais, verifica-se que, a partir de 2010, há assimetrias regionais no movimento de expansão, com oscilações e queda no número de matrículas nas regiões Norte e Nordeste, justamente onde o acesso às redes de internet é restrito e o número de instituições físicas é menor. Por outro lado, a região Sul detém cerca de 50% do conjunto das matrículas totais. Essa assimetria pode ser explicada pela



ênfase, mais recente, no uso das tecnologias digitais na configuração dos cursos de educação a distância, especialmente marcada pelo viés privado.

Essas assimetrias sinalizam a necessidade de os órgãos públicos buscarem soluções para essa problemática, o que perpassa pela lógica de planificação da expansão da educação a distância, a partir da configuração de um Censo Nacional da Educação a Distância com dados mais detalhados sobre sua caracterização, a exemplo do que já ocorre com a pós-graduação brasileira, de forma a iluminar as decisões políticas e a gestão pública.

Ainda, verifica-se que são demandadas políticas específicas para a educação a distância de forma a garantir qualidade social e inovação. Não há o que se falar em qualidade da educação, quando o acesso é restrito, não há o que se falar em inovação na educação a distância, quando se a concebe a partir da simples presença de tecnologia. Só assim, com essas questões tratadas de forma planejada e avaliada, é que a educação a distância poderá ser retomada como o caminho mais profícuo para a democratização da educação superior.

## REFERÊNCIAS

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR**. São Paulo: Abed, 2021. Disponível em: [http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo\\_ead/](http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo_ead/). Acesso em: 26 maio 2021.

ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 abr. 2021.

ARAÚJO, E. M. de *et al.* A gestão da inovação na educação a distância. **Gestão & Produção**, São Carlos, 2013, v. 20, n. 3, p. 639-651. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2013000300010>. Acesso em: 30 maio 2021.

BEISIEGEL, C. de R. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livros Editora, 2005.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. **Norte Conectado**. Brasília: Ministério das Comunicações, 2021a. Disponível em: <https://norteconectado.rnp.br/projetos-norteconectado>. Acesso em: 14 maio 2021.

REVILLI, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da/na educação: concepções, possibilidades e desafio

ISSN 1984-6576.

E-202116

BRASIL. **Nordeste Conectado**. Brasília: Ministério das Comunicações, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/nordeste-conectado>. Acesso em: 14 maio 2021.

CARAM, N. R. **Educação a Distância**: estudo exploratório sobre a produção de materiais didáticos audiovisuais. 2017. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, Araraquara, 2017.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Acesso em: 07 maio 2021.

ECHALAR, J. D.; LIMA, D. da C. B. P.; OLIVEIRA, J. F. de. Plano Nacional de Educação (2014–2024) – O uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2020, v. 28, n. 109, p. 863-884. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802143>. Acesso em: 31 maio 2021.

GOMES, J. M. Na senda da inovação tecnológica na educação a distância. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, 2008, p. 181-202. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8073/1/artigo-senda.pdf>. Acesso em: 07 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6407#resultado>. Acesso em: 25 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7307>. Acesso em: 31 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação superior 2000**. Brasília: O Instituto, 2001. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse\\_superior-2000.pdf](https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf). Acesso em: 21 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2005**. Brasília: Inep, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 21 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2011. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 21 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 21 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 21 maio 2021.

MAIA, M. Z. B. **Expansão da educação superior a distância no Brasil: o caso da Universidade do Tocantins - UNITINS**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2011.

PETTER, R. C.; SAMBRANO, T. M. As inovações tecnológicas e a educação: o que considerar? In: MACIEL, C.; ALONSO, K. M.; PANIAGO, M. C. **Educação a Distância: interação entre sujeitos, plataformas e recursos**. Cuiabá: EdUFMT, 2018. Disponível em: <https://setec.ufmt.br/ri/handle/1/29>. Acesso em 25 jul. 2019.

REAL, G. C. M.; MACIEL, C. E.; RIBAS, A. M. Institucionalização da educação superior a distância em Mato Grosso do Sul: mobilização em universidades federais. **Revista Revelli**, Inhumas-GO, v. 10, n. 3, p. 133-150, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/7915>. Acesso em: 16 abr. 2021.

REAL, G. C. M.; POTT, F. P.. Expansão de cursos de graduação a distância: relação público-privada na região Centro-Oeste. In: LIMA, D. da C. B. P.; SANTOS, C. de A. (Org.). **Educação a distância e tecnologias: políticas públicas, qualidade e inovação**. Recife: Anpae, 2021, v. 1, p. 150-165. *E-book*. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/Educacao-a-distancia-e-tecnologiasVOLUME1-050521.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

REPOSITÓRIOS CIENTÍFICOS DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL. Sobre o RCAAP. **Portal RCAAP**, 2019. Disponível em: <https://www.rcaap.pt/about.jsp>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SANTOS, C. de A. **A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25092009-163728/pt-br.php>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SOFFA, M. M. **Qualidade na educação a distância: contribuições da formação de professores para a modalidade**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil, 2010.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da/na educação: concepções, possibilidades e desafio

ISSN 1984-6576.

E-202116

SOUZA, R. F. de; SOUZA, M. P. de; SOUZA, M. A. de. A expansão de cursos de graduação da UFGD a partir da oferta da Educação a Distância – 2013 a 2018. In: LIMA, D. da C. B. P.; SANTOS, C. de A. S. (Org.). **Educação a distância e tecnologias**: políticas públicas, qualidade e inovação. Recife: Anpae, 2021, v. 2, p. 85-98. *E-book*. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/Educacao-a-distancia-e-tecnologiasVOLUME2-05-05-21.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific And Cultural Organization. **Innovación Educativa**. Serie Herramientas de apoyo para el trabajo docente. Lima: Unesco, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247005>. Acesso em: 15 maio 2021.